

A CONSTRUÇÃO DE IMAGEM DO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA

Carlos Alexandre Nascimento Aragão (UNIT)¹

1. UMA BREVE ABORDAGEM SOBRE A ANÁLISE DO DISCURSO

O discurso é concebido por Pêcheux (1988) como um efeito de sentido. Isto se deve ao fato das formações discursivas (FDs) serem interpeladas pelas formações ideológicas (FIs) e, conseqüentemente, refletem no discurso. Pêcheux (1988, p. 163), postula que o efeito-sujeito é constituído e produzido pelo interdiscurso. Desse modo, este efeito revela o funcionamento da ideologia a partir da materialidade linguística, o texto seja ele verbal/não-verbal. Este não é trabalhado como na análise de conteúdo, à procura de um sentido dentro dele, mas da discursividade, a partir da sua materialidade. Assim, o texto é pensado em relação às suas condições de produção, ligando-se a sua exterioridade, pois não interessa ao analista o que o autor quis dizer, a interpretação como a reprodução, mas os efeitos de sentido, a realização dos processos de constituição dos sujeitos envolvidos numa determinada situação de comunicação.

O texto, portanto, não é concebido como unidade fechada porque se relaciona com outros discursos, com as condições de produção do discurso e com o que Orlandi (2010) chama de exterioridade constitutiva, haja vista ser atravessado por diferentes formações discursivas e afetado por diferentes posições de sujeito. É nessa perspectiva que procuramos trabalhar o discurso neste trabalho. Segundo Pêcheux (1988, p. 143) o discurso é o lugar destinado à prática da reprodução e transformação das relações de produção, devido às diversas posições assumidas pelo sujeito em um determinado lugar. Este, por sua vez, é interpelado pela ideologia, mas ela não é o único processo de efetivação da reprodução/transformação das relações de produção de uma formação social. Nesse sentido, o discurso sempre acontece em uma arena de embates ideológicos.

A condição de produção do discurso é realizada através da inserção dos sujeitos, da situação, da memória discursiva e do interdiscurso. Sem esses mecanismos não se

¹ Mestre em Letras pela Universidade Federal de Sergipe

pode analisar o texto discursivamente, pois ele está inserido em um aqui e agora do dizer, atravessado por um contexto sócio-histórico e ideológico mais amplo. Desse modo, reiteramos a afirmação de Bakhtin (2003) de que não existe um enunciado original, mas um enunciado formado por vários enunciados. A isso Pêcheux (1988) denomina de *interdiscurso*, o já-dito que está na base do dizível e o considera como “todo complexo com dominante” das formações discursivas (doravante FDs). Nesse caso, o interdiscurso subsidia a memória discursiva (social e não individual), porque “[...] *toda formação discursiva dissimula [...] sua dependência com respeito ao ‘todo complexo com dominante’ (interdiscurso)² das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas definido mais acima*” (PÊCHEUX 1988, p. 162). As FDs, por sua vez, determinam o que pode e deve ser dito pelo sujeito em uma conjuntura/posição dada. Dessa forma, a palavra não veicula um único sentido, mas diversos, a depender da formação discursiva em que é utilizada. As formações discursivas, por seu turno, são interpeladas pelas formações ideológicas, as quais têm relação com a ideologia. Esta para Pêcheux (2008) é entendida como uma formação de práticas sociais que são construídas e modificadas dependendo da posição ocupada pelo sujeito.

Nesse caminho, compreendemos que seria um erro pensarmos na contribuição igualitária dos aparelhos ideológicos de Estado tanto para a reprodução das relações de produção quanto para sua transformação em uma determinada conjuntura. Desse modo, a ideologia interpela os indivíduos em sujeito, criando assim o efeito do pré-construído, cuja formação se dá através de diversos discursos que vieram de outro lugar. Portanto, o discurso sempre está demarcado por uma formação discursiva em que o sujeito está inserido. Assim, seu sentido é estabelecido pela própria identidade das FDs colocadas em relação no espaço interdiscursivo. Mesmo existindo a demarcação no discurso do sujeito, este não a percebe e o produz como sendo seu, isto é, como se a origem deste estivesse no próprio sujeito. Dessa maneira, esquece que o seu discurso está assujeitado a uma formação discursiva (*esquecimento n° 1*), no entanto, a sua produção discursiva não pode ser considerada original, porque está atravessada por outros discursos já-ditos em algum outro momento. À medida que concebe o discurso como sendo a sua origem, o sujeito só consegue produzi-lo de uma única forma, esquecendo a existência de outros sentidos possíveis, produzindo a impressão de que existe uma ligação direta entre

² Acréscimo nosso.

linguagem-pensamento-mundo. Esse processo Pêcheux (1988) chama de *esquecimento n°2*.

O intradiscurso, por sua vez, diz respeito ao eixo da atualidade. Com efeito, o interdiscurso sempre está presente no intradiscurso, porque faz parte da memória discursiva. Esta é definida por Fernandes (2008) como sendo um espaço de memória do funcionamento discursivo que constitui um corpo-sócio-histórico-social. Nesse caminho, podemos compreender que a constituição do sujeito só é realizada pelo esquecimento, pelo interdiscurso, pelo intradiscurso, pela memória discursiva, ao se identificar com uma formação discursiva que o domina.

Diante desse pensamento, vale mencionar Orlandi (2002), quando enfatiza que o sujeito para se constituir deve-se submeter à língua, ao simbólico, porque é através do jogo: língua/história que o sujeito é afetado enquanto tal. Nessa trajetória, a forma-sujeito é constituída pela existência histórica de qualquer indivíduo agente das práticas sociais presentes nas FDs. O sujeito do discurso ocupa um lugar social e a partir dele enuncia; o seu discurso será sempre controlado pela formação discursiva a qual está inserido, portanto não é livre para dizer o que quer. Este sujeito é um sujeito clivado, por está dividido entre o consciente e o inconsciente.

Além disso, a produção do discurso faz com que o sujeito crie uma representação imaginária da interação entre o EU e o OUTRO. A esse processo (PÊCHEUX *apud* MUSSALIM, 2009), denomina de jogo de imagem de um discurso, pois à medida que um sujeito ocupa uma posição ele constrói uma imagem ao pronunciar seu discurso: do lugar que ocupa; do lugar que ocupa seu interlocutor; do próprio discurso. Do mesmo modo é a imagem construída desse sujeito com relação à imagem feita do seu interlocutor. Dessa forma, percebemos que as diferentes posições do sujeito determinam as imagens que são constituídas dele. Mas a formação desse jogo e imagens só se constitui através da constituição do discurso, sendo vedado, assim, o preestabelecimento desse jogo de imagem antes que o sujeito enuncie o discurso.

Antes de abordarmos a respeito do *ethos*, fazemos uma breve discussão acerca da cena de enunciação, por Maingueneau (2008) entender que todo discurso pressupõe uma cena de enunciação que lhe possibilita ser enunciado. Devido ao caráter dinâmico, a cena de enunciação, na visão de Maingueneau (2006), associa três cenas de fala: *cena englobante, cena genérica e cenografia*. A primeira concede ao discurso um estatuto pragmático, isto é, ela o coloca em um tipo: publicitário, político, filosófico, escolar etc.

A cena genérica está voltada para um contrato associado a um gênero ou subgênero de discurso, como o sermão, o editorial, a consulta médica etc. Por fim, a cenografia é construída pelo próprio texto e não imposta pelo gênero. O autor apresenta três aspectos que servem de base para a constituição deste elemento: o *ethos*, “o código linguageiro”, o *conteúdo*.

2. O ETHOS DISCURSIVO

O jogo de imagem criado pelo locutor e interlocutor no processo discursivo nos leva a pensar sobre a formação do *ethos* discursivo, porque todo discurso presume a construção de uma imagem dos sujeitos envolvidos. Tal estudo é baseado nos postulados de Maingueneau (1997, 2006, 2008) e Amossy (2008). A noção de *ethos*³ vem sendo estudada desde a antiguidade com os trabalhos do filósofo Aristóteles e se intensifica na contemporaneidade. O filósofo grego escreve a obra chamada *Retórica*,⁴ cujo objetivo é enfatizar a retórica como uma arte de persuasão e esta é efetivada a partir de três provas empregadas pelo orador: *logos*, *ethos* e *pathos*. O primeiro refere-se ao próprio discurso devido àquilo que ele demonstra ou parece demonstrar. O *ethos* está centrado no caráter moral do orador, e o *pathos* refere-se ao modo como se dispõe o ouvinte.

Aristóteles ainda enfatiza que o *ethos* não pode ser entendido separadamente do *pathos* e do *logos* no processo retórico, por construir a mais importante das provas. Além desses aspectos, é preciso enfatizar a ação de persuadir, a qual é construída através da relação do orador com o auditório⁵, cujo objetivo é tentar convencer/persuadir⁶ os seus ouvintes a seguirem o seu pensamento. Mas, para que tal fato ocorra, é necessária a adaptação a este auditório, ou melhor, é preciso que se integrem e modifiquem os termos do seu discurso conforme os ideais desse grupo, caso contrário não há poder de convencimento.

³ De acordo com Charaudeau e Maingueneau (2008, p. 220), o *ethos* é um termo emprestado da retórica antiga, o qual designa a imagem de si construída pelo locutor em seu discurso, para exercer uma influência sobre seu alocutário.

⁴ A *Retórica* teve sua origem como metalinguagem do discurso oratório na Sicília por volta de 485 a.C. (Aristóteles 2005, p. 24)

⁵ Perelman (2005) define o auditório como o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação.

⁶ Segundo Perelman (2005) há uma diferença entre persuadir e convencer. A primeira ação está voltada para uma argumentação que pretende se valer para um único auditório particular. Enquanto a segunda obtém a adesão de todo ser racional.

De acordo com o pensamento de Aristóteles, o *ethos* pode se apresentar de duas maneiras: designando um tipo de prova ou disposições estáveis. Aquela se refere à imagem positiva criada do orador a partir do seu discurso. Tal imagem é construída a partir de três qualidades: a *phrónesis*, ou prudência, a *areté*, ou virtude, e a *eúnoia*, ou benevolência. Esta está associada às posições que o orador ocupa no ato de enunciar e pode se apresentar de dois pontos de vista: político e da idade/ fortuna. Este pensamento entra em sintonia com os postulados das formações discursivas apresentados por Pêcheux (1988) e discutido anteriormente neste trabalho.

Nesse sentido, Eggs (2008) faz a seguinte associação: a *phrónesis* e a *areté* exprimem as disposições ou hábitos positivos sendo associados ao *logos* e ao *ethos* respectivamente; enquanto a *eúnoia* está no campo do *pathos*, por se tratar de um afeto que mostra ao ouvinte que o orador está bem intencionado para com ele. Na visão de Aristóteles, o *ethos* é representado no discurso a partir do caráter do orador, desempenhando um grande papel na persuasão. Como o *ethos* centra-se no caráter moral do orador, é esta a prova responsável pela persuasão por criar uma confiança entre o orador e o auditório. Dessa maneira, o discurso deve ser passado com tamanha credibilidade e carregado da ideia de que o orador irá torná-lo real. Mas tal desejo é levado em maior consideração, quando o falante traz consigo as qualidades de uma pessoa honesta e do bem. O discurso, então, passa a ser compreendido como algo que pode se materializar através das ações, visto que a pessoa que o proferiu é digna de confiança. Essa construção faz com que o jogo de imagem comece a fazer efeito a partir do posicionamento adotado pelo orador. Esse jogo é responsável pelo sucesso ou fracasso do que se pretende alcançar. É através da construção da credibilidade do orador que o efeito do seu discurso se torna evidente.

Tal construção possibilita que o *ethos* seja entendido como a imagem de si que o orador cria através do discurso, sem ter essencialmente uma relação com o caráter real do orador. Este *ethos* retórico torna-se ligado à enunciação e não ao saber extra-discursivo sobre o locutor. De acordo com Maingueneau (2006, p. 61), esse *ethos* está associado à oralidade. Por conta disso, esse autor propõe que no texto escrito há uma “vocalidade” que permite relacioná-la a uma caracterização do corpo do enunciador, surgindo, assim, um “fiador”, que se revela no discurso sem ser necessariamente o enunciador efetivo, apresentando-se a partir do seu tom, presente no texto escrito ou oral e revestido de um caráter (referente a um traço psicológico) e de uma corporalidade

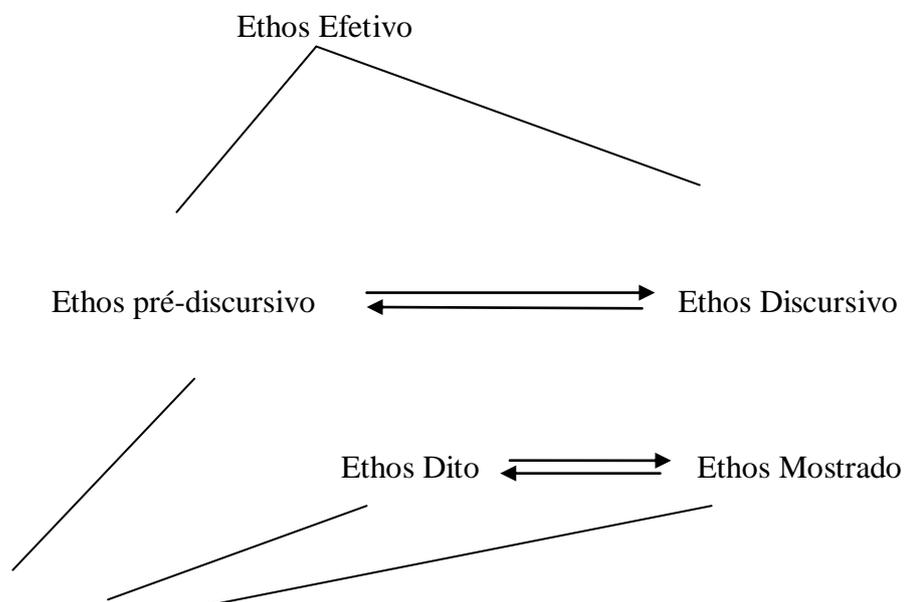
(associada a uma constituição física e a uma forma de se vestir), que varia conforme os textos.

Mas é com os postulados de Ducrot que o *ethos* é abordado na enunciação,⁷ devido ao pensamento de que ele está inscrito estruturalmente na língua como um sistema argumentativo e não como uma técnica de oratória que se situa fora da língua, tal como afirma Aristóteles em sua Retórica. Segundo Ducrot (1987), o *ethos* está associado ao locutor (L), isto é, ao locutor enquanto tal e, por ser a fonte da enunciação, ele se reveste de certos caracteres que o tornam aceitável ou refutável. A partir de tais estudos, Maingueneau (2006) traz a noção de *ethos* para a Análise de Discurso, diferenciando-a das abordagens feitas por Aristóteles e Ducrot. Com efeito, o *ethos* tem uma ampliação, não se volta apenas a textos escritos, mas a todas as formas discursivas: escritas ou orais, que oferecem uma imagem de si através do discurso. De acordo com esse estudioso (2006), a construção do *ethos* está ligada à da identidade, mas existem outras opiniões.

Alguns estudiosos dizem que o *ethos* é construído através das ações, da fala e do comportamento de cada enunciador. Nesse sentido, podemos dizer que, mesmo antes do ato da enunciação, pode ocorrer a construção do *ethos* do enunciador. Consoante Maingueneau (2006), existem alguns tipos de *ethos*: *ethos discursivo*, *pré-discursivo*, *dito*, *mostrado e efetivo*. O primeiro refere-se à definição dada por Aristóteles: a imagem de si construída no discurso. O segundo é a imagem criada do enunciador antes que este fale. O terceiro está associado ao processo de qualificação do enunciador ao apresentar suas características de forma direta. O quarto volta-se a um processo de investigação em que as pistas são lançadas durante o discurso, e o co-enunciador terá que construir a imagem do seu enunciador. Por fim, o *ethos* efetivo formado pela interação dessas diversas instâncias.

⁷ Para Fiorin (2008, p. 138) a enunciação é a instância linguística logicamente pressuposta pela existência do enunciado.

Observemos o esquema proposto por Maingueneau (2006):



Estereótipos ligados a mundos éticos

Tal esquema nos permite compreender melhor o funcionamento discursivo do *ethos* e descobrir que o *ethos* de um discurso é consequência da interação de diversos fatores. O *ethos* efetivo é concebido e construído pelos co-enunciadores que criam uma imagem de si. Esta dialoga com o *ethos* pré-discursivo e o *ethos* discursivo que, por sua vez, dialogam entre si, a partir do momento em que o *ethos* pré-discursivo deve ser confirmado ou não pelo *ethos* discursivo. Este também pode reformular a imagem inicial criada pelo *ethos* pré-discursivo. Além dessa abordagem, o *ethos* discursivo ainda envolve a noção de *ethos* dito e *ethos* mostrado. Estes interagem mutuamente por não ter uma separação nítida entre o explicitado e o não explicitado. Os estereótipos são postos como a base deste esquema e são concebidos como o imaginário discursivo do *ethos* pré-discursivo e o *ethos* discursivo. Por meio desses estereótipos, o co-enunciador utiliza-se de representações culturais fixas, de modelos pré-construídos para atribuir algumas características e o não explicitado. Portanto, não podemos dizer que um *ethos* não tem relação com um outro, todos eles são ligados e interagem de forma recíproca para que a construção de imagem possa ocorrer sem nenhuma interrupção ou prejuízo que venha prejudicar tal ação.

Nesse sentido, podemos afirmar que essa construção de imagem entre enunciador e co-enunciador é necessária para o processo discursivo, porque dessa forma há uma interação maior entre os elementos do discurso. Além disso, é a partir deste posicionamento que o enunciador se enuncia/fala de um lugar e determina o lugar ocupado pelo co-enunciador. Dessa forma, temos o lugar e a cena demarcados, pelos elementos do processo discursivo. Este pensamento é consoante ao de Amossy (2008), quando esta afirma que a noção de *ethos* está associada à de cena de enunciação. Isso se deve ao preestabelecimento de papéis que o locutor pode assumir. É nessa direção que o *ethos* torna-se importante para os estudos de Maingueneau (1997, 2006, 2008). Ele o coloca em comparação com a noção de tom, ao substituir a de voz, à medida que remete tanto à escrita quanto à fala.

Ademais, podemos dizer que o *ethos* está associado ao caráter dialógico da língua, isto é, ao processo interativo entre o EU e o OUTRO e, dessa forma, as imagens são construídas sem que o sujeito tenha consciência plena de tal ato. Destarte, Amossy (2008, p. 138) defende que esta construção de imagem “[...] tem a capacidade de modificar as representações prévias, de contribuir para a instalação de imagens novas e de transformar equilíbrios, contribuindo para a dinâmica do campo”. Somente através deste jogo de imagem que os sujeitos conseguem construir um novo processo discursivo.

Alguns discursos compartilham das mesmas propriedades, do mesmo processo de funcionamento e de circulação. A esse aspecto comum Maingueneau (2006) denomina estes discursos de constituintes.

No próximo tópico trataremos a fala de alguns professores.

3. A FALA DOS SUJEITOS PROFESSORES

Como foi explanado na Introdução, para constituir os *corpora* deste trabalho, entrevistamos professores de Língua Portuguesa, Ensinos Fundamental e Médio, entre o 6º e 3º anos, das escolas municipais e estaduais do município de Monte Alegre de Sergipe. Tal prática foi efetivada a fim de analisarmos a sua voz, principalmente no que diz respeito à imagem que eles fazem de si enquanto professor de LP. No âmbito deste trabalho, tentamos estabelecer a ponte entre as teorias estudadas e as vozes aqui recortadas. Para transcrevermos essas falas, seguimos os ensinamentos de Marcuschi (1986), tal como explicitado na introdução deste trabalho.

Abaixo expomos alguns exemplos relacionados às percepções desses sujeitos.

a) *A imagem que o professor faz de si*

- S₇ “(...) tem que estudar muito para que você dê a sua aula e que você consiga *passar realmente o conteúdo* como ele deve ser passado (...)”
- S₈ “(...) esses alunos, né? + que são assistidos através de um um bom trabalho um trabalho bem desenvolvido, com certeza além desses alunos + é :: se serem valorizados, né? e conseguirem alguma coisa na vida a gente também como profissional acaba sendo bem visto, né? + se tornando até muitas das vezes como um um alguém da família mesmo dependendo do grau de proximidade que a pessoa tiver”.
- S₉ “Ser professor de Língua Portuguesa não é considerar-se um *professor e sim um orientador de conhecimento* em busca de melhorar o aprendizado do discente”.
- S₁₁ “(...) o professor tem que estar *preparado para as eventualidades* que surgem dentro da sua sala de aula (...)”.
- S₁₂ “(...) muitos deles vieram pra mim, e aí, onde a gente sente que nosso trabalho deu certo, eles vieram pra mim e disseram professora muito obrigada, a *sua maneira de me ensinar a ler* + me fez + chegar onde eu queria chegar. Então isso pra mim é gratificante (...)”.

Segundo o S₇, ao professor cabe repassar conteúdos. Tal discurso reforça a ideia perpetuada no espaço escolar quanto ao professor ser o sujeito conhecedor do saber científico e o único sujeito capaz de proceder à transmissão desse conhecimento para os seus aprendizes. Nessa relação de poder, o professor se destaca como a voz ativa em sala de aula e, ao mesmo tempo, conserva sua posição de destaque nessa relação hierárquica. Nesse aspecto, retomamos o discurso pedagógico (ORLANDI, 2009), o qual não é um campo para a representação da polissemia, da produção dos sentidos, mas da paráfrase, da reprodução, o que marca a circularidade de discursos tidos como verdades absolutas e carregados de sentidos ideológicos.

Por conseguinte, temos o professor como manipulador da metalinguagem, de um conceito privilegiado e dominador, de um discurso institucionalizado. Um ambiente tão homogêneo, como postula Orlandi (2009), impede qualquer tipo de mudança, de criatividade dos estudantes. Temos como exemplo o ensino de Língua Portuguesa, tal

como enfatiza o S₇. Conforme essa perspectiva de ensino, o conhecimento compartilhado diz respeito às análises de regras gramaticais, do funcionamento estrutural da língua, o que nada mais é que o exercício da metalinguagem. A legitimação desse discurso ocorre dentro de uma *cenografia*, no nosso caso, a escola.

Na medida em que esse objetivo é atingido, o docente entende que cumpriu sua função com êxito, respondendo à imagem que a sociedade neoliberal faz da escola, de estudante. Este, segundo os S₈ e S₁₂, é percebido como sujeito grato, na medida em que corresponde ao ideal de sucesso imposto por essa mesma sociedade. Com efeito, o professor se percebe como um profissional competente, uma vez que consegue *transmitir* os conhecimentos que lhe são outorgados, garantindo a continuação da sua posição enquanto detentor do conhecimento. Decorre daí que há uma continuação da imagem de que ele é responsável pelo sucesso/insucesso dos aprendizes. De igual forma, mantém o poder que o próprio lugar que ocupa lhe concede, por ser institucionalmente marcado.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao procedermos à relação entre a teoria e a prática, constatamos que no espaço escolar, a limitação de muitos educadores ao livro didático, ao ensino tradicional de língua (uso da gramática normativa) como sendo a única verdade existente traz consequências que jamais serão reparadas. Tal pensamento deve-se ao fato de que o processo de ensino de LP, por vários séculos até a atualidade, limita-se ao repasse de regras gramaticais, provocando uma visão de que a língua é uma estrutura dividida em partes, sem que haja uma ligação entre elas. Sobre essa apropriação, percebe-se, claramente, uma imagem que esse profissional faz de si como um sujeito sem poder para efetuar as mudanças tão necessárias no ensino de Língua Portuguesa. Essa referência de ensino de língua por parte dos professores não pode continuar no espaço escolar, porque assim continuaremos presenciando momentos de exclusão daqueles estudantes que não conseguem adquirir essa norma dita padrão que tanto a escola procura inserir no seio social. Além disso, a escola não pode servir apenas para sistematizar o ensino, mas torná-lo mais acessível ao seu aprendiz, que, por sua vez, conseguirá ressignificar a língua.

5. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Revista Pandora Brasil Nº 47 - Outubro de 2012 - ISSN 2175-3318
"O *ethos* nos estudos discursivos da ciência da linguagem."

- AMOSSY, R. (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. 1ª Ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- ARISTÓTELES. *Retórica*. Trad. Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. 2ª Ed. Lisboa: Biblioteca de Autores Clássicos
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BARROS, M. E. de R. de A. B. A língua portuguesa na escola: percurso e perspectiva. In: *Revista Interdisciplinar*. V.6. 2008.
- CEREJA, W. R. Ensino de Língua Portuguesa: entre a tradição e a enunciação. In: *Língua e transdisciplinaridade: rumos, conexões, sentidos*. São Paulo: Contexto, 2002.
- CHARAUDEAU, P & MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. Coordenação e tradução Fabiana Komesu. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- EGGS, E. Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna. In: AMOSSY, Ruth (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. 1ª Ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 29-56.
- FERNANDES, C. A. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. 2ª Ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.
- GUIMARÃES, E. A Língua Portuguesa no Brasil. In: *Línguas do Brasil*. Ciência e Cultura. Revista da SBPC. Ano 57. N 2. Abril – junho, 2005, p. 24-28.
- KRISTEVA, J. *História da linguagem*. Trad. Margarida Barahona. Lisboa: Edições 70, 2007.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Trad. Freda Indursky (et al.). Campinas, São Paulo: Pontes, 1997.
- MAINGUENEAU, D. *Cenas da enunciação*. Organizado por Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza e Silva. Curitiba – PR: Editora Criar Edições. 2006.
- MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008.
- MAINGUENEAU, D. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. 1ª Ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 69-92.
- ORLANDI, E. P. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.
- ORLANDI, E. P. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 7ª Ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.
- ORLANDI, E. P. *A Linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 5ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2009.
- ORLANDI, E. P. *Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade*. 2ª Ed. Campinas, SP.: Pontes, 2010.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi (et al.). Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1988.

